

No. 39141

**Brazil
and
Argentina**

Agreement on transboundary river transportation of passengers vehicles and goods between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic. Rio de Janeiro, 27 April 1997

Entry into force: *26 October 2002 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article XXI*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 February 2003*

**Brésil
et
Argentine**

Accord relatif au transport maritime transfrontalier de passagers, de véhicules et de marchandises entre la République fédérative du Brésil et la République argentine. Rio de Janeiro, 27 avril 1997

Entrée en vigueur : *26 octobre 2002 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article XXI*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 février 2003*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO SOBRE TRANSPORTE FLUVIAL TRANSVERSAL FRONTEIRIÇO
DE PASSAGEIROS, VEÍCULOS E CARGAS ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina
(doravante denominados “Partes”),

Cientes das vantagens recíprocas que derivam de um intercâmbio regular mais intenso entre as regiões fronteiriças,

Levando em consideração as necessidades de ampliação dos meios de transporte entre os dois países, a fim de possibilitar a expansão do intercâmbio comercial e turístico,

Certos de que o estabelecimento de uma regulamentação conjunta do tráfego fluvial transversal fronteiriço de passageiros, veículos e cargas entre os dois países contribuirá para a intensificação desse intercâmbio, e

Reconhecendo que por meio de um Acordo bilateral obter-se-á o ordenamento integral desses serviços,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O transporte fluvial transversal fronteiriço de passageiros, veículos e cargas entre portos ou pontos fronteiriços de ambos os países será efetuado em embarcações de bandeira brasileira e em embarcações de bandeira argentina, mediante serviços regulares.

Entende-se por serviço regular o prestado de forma permanente durante um período mínimo de um ano, em uma rota determinada, com frequências e horários pré-estabelecidos.

ARTIGO II

O serviço de transporte público de que trata este Acordo será prestado, exclusivamente, por pessoas físicas nacionais de uma das Partes ou pessoas jurídicas legalmente habilitadas por uma das Partes.

Ao conceder ou cancelar uma permissão de serviço, a autoridade competente deverá comunicar por escrito à autoridade competente da outra Parte, no prazo máximo de 48 horas.

ARTIGO III

Do documento em que a autoridade competente conceda uma permissão de serviço, deverá constar a frequência e os horários das viagens a serem realizadas, as condições de transporte, com a indicação das embarcações a serem utilizadas e as tarifas de fretes e de passagens a serem cobradas, condições essas que passarão a constituir obrigações a serem cumpridas pelos prestadores dos serviços e que serão controladas pelas autoridades competentes das Partes.

ARTIGO IV

O transporte de vinculação entre dois portos ou pontos de atraque fronteiriços será atendido por unidades de bandeira de ambas as Partes, obedecendo aos princípios de reciprocidade e de igualdade de oportunidades no uso de portos e de meios de transporte.

ARTIGO V

O número de unidades de transporte destinadas a cada serviço será acordado pelas Partes, de acordo com as necessidades do mesmo.

A frequência de viagens, horários, tarifas de frete e de passagens, assim como as condições do transporte, serão fixadas livremente pelos permissionários de ambas as Partes, os quais deverão comunicá-las às respectivas autoridades competentes.

As comunicações deverão ser remetidas às respectivas autoridades competentes, previamente ao início de um serviço ou a modificações das frequências de viagens, horários e tarifas de fretes e passagens.

Uma vez comunicadas das necessidades de alteração de um serviço pelo prestador, a autoridade competente deverá informar à autoridade competente da outra Parte, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

ARTIGO VI

As tarifas serão cobradas em moeda nacional das Partes, indistintamente.

ARTIGO VII

Para o funcionamento dos serviços de transporte fluvial fronteiriço a que se refere o Artigo I, as Partes deverão dotar os portos ou pontos vinculados dos elementos para sua fiscalização e controle considerados indispensáveis pelas autoridades das respectivas Partes.

ARTIGO VIII

Para o estabelecimento ou supressão de serviços, as Partes atuarão de comum acordo, determinando a forma e a data para seu início ou extinção.

ARTIGO IX

Nos serviços previstos neste Acordo, o transporte fluvial fronteiriço deverá realizar-se, estritamente, na linha mais direta de vinculação entre os dois portos ou pontos de atraque pré-fixados.

Fica proibida a escala fora dos portos ou pontos designados, salvo quando seja previamente permitida pelas autoridades competentes de ambas os países.

Em caso fortuito ou de força maior, a escala extraordinária será comunicada às autoridades competentes no prazo máximo de 48 horas.

ARTIGO X

As embarcações de bandeira brasileira e as embarcações de bandeira argentina que transportem passageiros, veículos e cargas nos termos deste Acordo, gozarão, no território de cada um dos países, de igual tratamento para todo tipo de operações e trâmites relacionados com o transporte fluvial fronteiriço entre os dois países.

ARTIGO XI

As unidades de transporte fluvial previstas neste Acordo serão tripuladas por pessoal habilitado pela autoridade competente do país a que pertença a embarcação.

ARTIGO XII

As normas de segurança das embarcações serão estabelecidas por cada Parte para as unidades de sua respectiva bandeira, conforme sua legislação.

Se as normas respectivas não forem acordes, as autoridades competentes de cada Parte estabelecerão as normas de segurança aplicáveis segundo as particularidades de cada serviço.

Levando em consideração as normas sobre segurança da navegação vigentes em cada país e a necessidade de uma rápida assistência às embarcações, passageiros e cargas, em caso de sinistro ou acidentes de navegação, as autoridades correspondentes de ambos os países deverão coordenar rapidamente uma ação, utilizando para tal os recursos humanos, técnicos e materiais disponíveis.

ARTIGO XIII

Os permissionários que realizem os serviços de transporte fluvial transversal fronteiriço previstos no presente Acordo deverão contratar, obrigatoriamente, seguros que cubram os seguintes riscos: responsabilidade civil por danos a terceiros, responsabilidade civil por transporte de passageiros e seus bens pessoais, cargas, tripulantes e pessoal terrestre das empresas ocupados em tarefas ou nos lugares de embarque e desembarque, de acordo com o que, a esse respeito, determinem as disposições legais e regulamentares de cada país.

As autoridades competentes controlarão a vigência das apólices de seguro e a extensão das coberturas obrigatoriamente exigidas no inciso anterior.

ARTIGO XIV

Nenhuma das disposições do presente Acordo poderá ser interpretada como restrição ao direito de cada país a regulamentar sua cabotagem nacional, bem como os transportes destinados a terceiros países e deles procedentes.

Nos termos deste Acordo, entende-se por comércio e navegação de cabotagem nacional aqueles que se realizem entre portos ou pontos de um mesmo país, de acordo com sua legislação.

ARTIGO XV

O não-cumprimento das disposições e obrigações previstas no presente Acordo será sancionado pela autoridade competente da nacionalidade do permissionário que recebeu a autorização a que se refere o Artigo III, independentemente do local onde a infração seja cometida.

As sanções poderão consistir em:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 10 a 200 passagens, no caso de transporte de passageiros;
- c) multa no valor de 10 a 200 vezes a tarifa máxima do frete de serviço, no caso de transporte de veículos e cargas;
- d) suspensão do serviço por até 90 dias;
- e) cassação da autorização.

ARTIGO XVI

As Partes realizarão reuniões de consulta para examinar o desenvolvimento das condições do transporte objeto do presente Acordo.

Cada Parte poderá solicitar essa reunião e a outra Parte deverá aceitá-la dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias, estabelecendo-se, de comum acordo, o local da reunião.

ARTIGO XVII

As autoridades competentes das Partes regulamentarão o procedimento a ser seguido com relação aos trâmites de aprovação dos serviços, frequências, horários, tipos de embarcação e todas as demais questões relativas aos serviços.

ARTIGO XVIII

As Partes concordam em que as facilidades e direitos que se concedem reciprocamente no presente Acordo ficam excluídas da aplicação da cláusula de nação mais favorecida.

ARTIGO XIX

Para os efeitos do presente Acordo, entende-se por autoridades competentes, na República Federativa do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério dos Transportes, através do Gabinete do Ministro ou pela Secretaria de Transportes Aquaviários e o Ministério da Marinha, através da Diretoria de Portos e Costas e, na República Argentina, o Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, o Ministério da Economia e Obras e Serviços Públicos, através da Subsecretaria de Transporte Aerocomercial, Fluvial e Marítimo e a Prefeitura Naval Argentina, no âmbito de suas respectivas competências conforme a legislação interna.

ARTIGO XX

O presente Acordo poderá ser modificado, por troca de Notas diplomáticas, mediante entendimento entre as Partes, entrando a alteração em vigor na data do recebimento da Nota de resposta.

ARTIGO XXI

Cada uma das Partes notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades legais necessárias à aprovação deste Acordo.

O presente Acordo está sujeito a ratificação e entrará em vigor 30 (trinta) dias depois da troca dos instrumentos de ratificação. Terá vigência indeterminada e poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes mediante notificação por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses depois da data da respectiva notificação.

Feito no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações
Exteriores

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL



Guido Di Tella
Ministro das Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto

PELA REPÚBLICA ARGENTINA



[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO SOBRE TRANSPORTE FLUVIAL TRANSVERSAL FRONTERIZO DE
PASAJEROS, VEHÍCULOS Y CARGAS ENTRE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA ARGENTINA

La República Federativa del Brasil

y

La República Argentina,
(en adelante las "Partes"),

Conscientes de las recíprocas ventajas que derivan de un intercambio regular más intenso entre las regiones fronterizas,

Teniendo en cuenta la necesidad de ampliación de los medios de transporte entre los dos países, a fin de posibilitar la expansión del intercambio comercial y turístico,

Seguros de que el establecimiento de una reglamentación conjunta del tráfico fluvial transversal fronterizo de pasajeros, vehículos y cargas, entre los dos países, contribuirá a la intensificación de ese intercambio, y

Reconociendo que a través de un Acuerdo bilateral se obtendrá el ordenamiento integral de dichos servicios,

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

El transporte fluvial transversal fronterizo de pasajeros, vehículos y cargas entre puertos o puntos fronterizos de ambos países, será efectuado en embarcaciones de bandera brasileña y en embarcaciones de bandera argentina mediante servicios regulares.

Se entiende por servicio regular el prestado en forma permanente durante un periodo mínimo de un año, en un tráfico determinado, con frecuencias y horarios preestablecidos.

ARTICULO II

El servicio de transporte público de que trata este Acuerdo será prestado, exclusivamente, por personas físicas nacionales de una de las Partes o personas jurídicas legalmente habilitadas por uno de los Estados Parte.

Al autorizarse la iniciación o la cancelación de un servicio, la autoridad competente deberá comunicarlo por escrito a la autoridad competente del otro país, en el plazo máximo de 48 horas.

ARTICULO III

En el documento en el que la autoridad competente extienda la autorización para la prestación del servicio, deberá constar la frecuencia y los horarios de los viajes a ser realizados, las condiciones de transporte indicando las embarcaciones afectadas y las tarifas de fletes y de pasajes que serán cobradas, condiciones que pasarán a constituir obligaciones a ser cumplidas por los prestadores de los servicios y que serán controladas por las autoridades competentes de las Partes.

ARTICULO IV

El transporte de vinculación entre dos puertos o puntos de atraque fronterizos, será atendido con unidades de bandera de los respectivos países, atendiendo a los principios de reciprocidad e igualdad de oportunidades, en el uso de puertos y medios de transporte.

ARTICULO V

El número de unidades de transporte destinadas a cada servicio será acordado entre las Partes, de acuerdo a las necesidades del mismo.

La frecuencia de viajes, horarios, tarifas de fletes y pasajes, así como las condiciones del transporte, serán fijadas libremente por los permisionarios de ambas Partes, debiendo los mismos comunicarlas a las respectivas autoridades competentes.

Las comunicaciones deberán ser remitidas a las respectivas autoridades competentes, previo a la iniciación de un servicio o a la modificación de las frecuencias de viajes, horarios, tarifas de fletes y pasajes.

Comunicadas las necesidades de alteración de un servicio por el prestatario, la autoridad competente deberá informar de ese hecho a la autoridad competente del otro país, en el plazo máximo de cuarenta y ocho (48) horas.

ARTICULO VI

Las tarifas serán cobradas en moneda nacional de las Partes indistintamente.

ARTICULO VII

Para el funcionamiento de los servicios de transporte fluvial fronterizo a que se refiere el Artículo I las Partes deberán dotar a los puertos o puntos vinculados de los elementos para su fiscalización y control, juzgados indispensables por las autoridades de las respectivas Partes.

ARTICULO VIII

Para el establecimiento o supresión de servicios, las Partes actuarán de común acuerdo, determinando la forma y fecha para su inicio o extinción.

ARTICULO IX

En los servicios previstos en este Acuerdo, el transporte fluvial fronterizo deberá realizarse, estrictamente, en la línea más directa de vinculación entre los dos puertos o puntos de atraque prefijados.

Queda prohibida la escala fuera de los puertos o puntos designados, salvo cuando sea previamente permitida por las autoridades competentes de ambos países.

En caso fortuito o de fuerza mayor, la escala extraordinaria será comunicada a las autoridades competentes en el plazo máximo de 48 horas.

ARTICULO X

Las embarcaciones de bandera brasileña y las embarcaciones de bandera argentina que transporten pasajeros, vehículos y cargas en los términos de este Acuerdo, gozarán, en cada uno de los países, de igual tratamiento, para todo tipo de operaciones y trámites relacionados con el transporte fluvial fronterizo entre ambos países.

ARTICULO XI

Las unidades de transporte fluvial previstas en este Acuerdo, serán tripuladas por personal habilitado por la autoridad correspondiente del país a que pertenece la embarcación.

ARTICULO XII

Las normas de seguridad de las embarcaciones serán establecidas por cada Parte para las unidades de su respectiva bandera, conforme a su legislación.

Si las normas respectivas no fueran concordantes, las autoridades correspondientes de cada Parte considerarán el caso para establecer un régimen de seguridad según las particularidades de cada servicio.

Teniendo en cuenta las normas sobre seguridad de la navegación vigentes en cada país y la necesidad de una rápida asistencia a las embarcaciones, pasajeros y cargas en caso de siniestro o accidentes de navegación, las autoridades correspondientes de ambos países deberán coordinar, rápidamente, una acción, utilizando para ello los recursos humanos, técnicos y materiales disponibles.

ARTICULO XIII

Los permisionarios que realicen los servicios de transporte fluvial transversal fronterizo, previstos en el presente Acuerdo, deberán contratar, en forma obligatoria seguros que cubran los siguientes riesgos: responsabilidad civil por daños a terceros, responsabilidad civil por transporte de pasajeros y sus efectos personales, cargas, tripulantes y personal terrestre de las empresas ocupados en tareas en los lugares de embarco y desembarco, de acuerdo con lo que, al respecto, determinen las disposiciones legales y reglamentarias de aplicación en cada país.

Las autoridades competentes controlarán la vigencia de las pólizas de seguro, y los alcances de las coberturas obligatoriamente exigidas en el inciso anterior.

ARTICULO XIV

Ninguna de las disposiciones del presente Acuerdo podrá ser interpretada como restricción al derecho de cada país a reglamentar su cabotaje nacional, así como los transportes destinados para terceros países y de ellos procedentes.

En los términos de este Acuerdo, se entiende como comercio y navegación de cabotaje nacional aquellos que se realicen entre puertos o puntos de un mismo país, de acuerdo con su legislación.

ARTICULO XV

El incumplimiento de las disposiciones y obligaciones referidas a la prestación de servicio, previstas en el presente Acuerdo, será sancionado por la autoridad de la nacionalidad del permisionario que ha recibido la autorización a la que se refiere el Art. III, independientemente del lugar donde se verifique el incumplimiento.

Las sanciones podrán consistir en:

- a) apercibimiento;
- b) multa por un valor de 10 a 200 pasajes, en el caso del transporte de pasajeros;
- c) multa por un valor de 10 a 200 veces la tarifa máxima de flete del servicio, en el caso del transporte de vehículos y carga;
- d) suspensión del servicio de hasta 90 días;
- e) revocación de la autorización.

ARTICULO XVI

Las Partes realizarán reuniones de consulta, para examinar el desarrollo de las condiciones de transporte objeto del presente Acuerdo.

Cada Parte podrá solicitar esa reunión y la otra Parte deberá aceptarla dentro de un plazo máximo de 30 (treinta) días, conviniendo, de común acuerdo el lugar de reunión.

ARTICULO XVII

Las autoridades competentes de las Partes acordarán en un reglamento el procedimiento a seguir respecto de los trámites de aprobación de servicios, frecuencias, horarios, tipo de embarcaciones y todas aquellas cuestiones relativas a los servicios.

ARTICULO XVIII

Las Partes convienen en que las facilidades y derechos que se conceden recíprocamente en el presente Acuerdo quedan excluidas de la aplicación de la cláusula de la nación más favorecida.

ARTICULO XIX

A los efectos del presente Acuerdo entiéndese por autoridades competentes, en la República Federativa del Brasil: el Ministerio de Relaciones Exteriores, el Ministerio de Transportes, a través del Gabinete de Ministros o por la Secretaría de Transportes Acuaviarios, y al Ministerio de Marina, a través de la Directoría de Puertos y Costas y, en la República Argentina, el Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, el Ministerio de Economía, Obras y Servicios Públicos, a través de la Subsecretaría de Transporte Aerocomercial, Fluvial y Marítimo, y la Prefectura Naval Argentina, en el ámbito de sus respectivas competencias, conforme a la legislación interna.

ARTICULO XX

El presente Acuerdo podrá ser modificado, por intercambio de Notas diplomáticas, mediante entendimiento entre las Partes, entrando en vigor la alteración la fecha de la recepción de la Nota de respuesta.

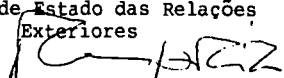
ARTICULO XXI

Cada una de las Partes notificará a la otra del cumplimiento de las respectivas formalidades legales necesarias para la aprobación de este Acuerdo.

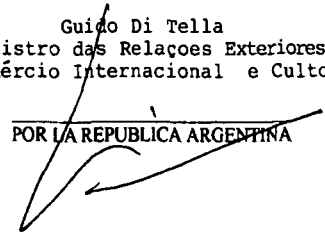
El presente Acuerdo estará sujeto a ratificación y entrará en vigor 30 (treinta) días después del intercambio de los instrumentos de ratificación. Tendrá una vigencia indeterminada y podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes mediante notificación por vía diplomática. La denuncia surtirá efecto seis meses después de la fecha de la respectiva notificación.

Hecho en Rio de Janeiro, a los 27 días del mes de abril del año 1997, en dos ejemplares originales en las lenguas portuguesa y española, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações
Exteriores


POR LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL

Guido Di Tella
Ministro das Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto


POR LA REPUBLICA ARGENTINA

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT ON TRANSBOUNDARY RIVER TRANSPORT OF
PASSENGERS, VEHICLES AND CARGO BETWEEN THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE ARGENTINE REPUBLIC

The Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic, hereinafter referred to as "the Parties",

Aware of the mutual advantages of regular, more frequent trade between border regions,

Considering the need to develop further means of transport between the two countries with a view to the expansion of trade and tourism,

Certain that the establishment of a common set of regulations for transboundary river traffic of passengers, vehicles and cargo between the two countries will help foster such trade, and

Recognizing that the comprehensive regulation of these services will be achieved through a bilateral Agreement,

Have agreed as follows:

Article I

Transboundary river transport of passengers, vehicles and cargo between ports or border points in the two countries shall be ensured through regular service by vessels sailing under either the Brazilian flag or the Argentine flag.

"Regular service" means the ongoing provision of service for a period of at least one year on a given route at intervals and times established in advance.

Article II

The public transport service which is the subject of this Agreement shall be provided exclusively by physical persons who are nationals of one of the Parties or juridical persons legally authorized by either party.

When the competent authority of one Party authorizes the inauguration or cancellation of a service, it shall so inform the competent authority of the other Party in writing within 48 hours.

Article III

The document through which the competent authority grants an authorization for service shall state the frequency and schedules of the trips to be made and the conditions of transport, including mention of the vessels to be used and the applicable freight and pas-

senger tariffs; these conditions shall constitute obligations to be met by the service providers and shall be monitored by the competent authorities of the Parties.

Article IV

Transport links between two border ports or mooring points shall be ensured by vessels flying the flag of either Party, with due respect for the principles of reciprocity and equality of opportunity in the use of ports and means of transport.

Article V

The number of transport vessels assigned to each service shall be agreed by the Parties in accordance with the needs of the service in question.

The frequency of trips, schedules, freight and passenger tariffs and conditions of transport shall be established independently by the permit holders of the two Parties, who shall notify the respective competent authorities.

The said notification shall be submitted to the respective competent authorities prior to the inauguration of a service or to changes in the frequency of trips, schedules or freight and passenger tariffs.

Once notified by the provider of the need for a change in service, the competent authority shall inform the competent authority of the other Party within 48 hours.

Article VI

Tariffs shall be paid in the national currency of either Party.

Article VII

For the functioning of the transboundary river transport services mentioned in article 1, the Parties shall provide the linked ports or points with the facilities for their supervision and monitoring considered essential by the authorities of the respective Parties.

Article VIII

For the establishment or termination of services, the Parties shall act by mutual agreement in establishing the manner and date of the said establishment or termination.

Article IX

In the services envisaged under this Agreement, transboundary river transport shall be strictly limited to the most direct route between the two pre-determined ports or mooring points.

Stops other than at the designated ports or points shall be prohibited unless prior permission has been given by the competent authorities of both countries.

The competent authorities shall be notified within 48 hours of an unscheduled stop in the event of an accident or a case of force majeure.

Article X

Vessels sailing under the Brazilian flag and vessels sailing under the Argentine flag which transport passengers, vehicles or cargo under the terms of this Agreement shall enjoy, in the territory of either country, equal treatment for all types of operations and procedures relating to transboundary river transport between the two countries.

Article XI

The river transport vessels envisaged in this Agreement shall be manned by crew members certified by the competent authority of the country of the vessel.

Article XII

Safety regulations for the vessels shall be established by each Party for the vessels sailing under its flag, in accordance with its legislation.

In the event of an inconsistency between their respective regulations, the competent authorities of each Party shall establish the applicable security regulations according to the specificities of each service.

Taking into account the navigational safety regulations currently in force in each country and the need to provide rapid assistance to vessels, passengers and cargo in the event of a disaster or accident while under way, the competent authorities of the two countries shall rapidly coordinate a response, using the available human, technical and material resources.

Article XIII

Concessionaires providing the transboundary river transport services envisaged in this Agreement must insure themselves against the following risks: civil liability for third-party damages and for the transport of passengers and their personal baggage, cargo, crew and land-based staff of companies employed in the work, or at loading and unloading points, in accordance with the legislation and regulations of each country.

The competent authorities shall verify the validity of insurance policies and the extent of the coverage required under the preceding paragraph.

Article XIV

None of the provisions of this Agreement may be interpreted as limiting the right of each country to regulate its domestic coastal traffic or transport to and from third countries.

For the purposes of this Agreement, "domestic coastal trade and traffic" means trade and traffic between ports or points of the same country, in accordance with its legislation.

Article XV

Failure to comply with the provisions of this Agreement or with the obligations established therein shall be punishable by the competent national authority of the concessionaire to whom the authorization mentioned in article 3 was granted, regardless of where the infraction was committed.

Penalties may include:

- (a) A warning;
- (b) A fine equivalent to between 10 and 200 fares, in the case of passenger transport;
- (c) A fine equivalent to between 10 and 200 times the maximum tariff, in the case of vehicle and cargo transport;
- (d) Suspension of the service for up to 90 days; or
- (e) Revocation of the authorization.

Article XVI

The Parties shall hold consultation meetings to assess the progress of the transport conditions which are the subject of this Agreement.

Either Party may request such a meeting and the other Party must agree within 30 days. The place of the meeting shall be determined by mutual agreement.

Article XVII

The competent authorities of the Parties shall establish the procedures to be followed with regard to the approval process for services, frequency, schedules, types of vessel and all other service-related matters.

Article XVIII

The Parties agree that the facilities and rights granted reciprocally under this Agreement are excluded from the application of the most-favoured-nation clause.

Article XIX

For the purposes of this Agreement, "competent authorities" means, in the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Transport, through the Office of the Minister or the Office of the Deputy Minister of Maritime Transport, and the Ministry of the Navy, through the Office of Ports and Coasts; and, in the Argentine Republic, the Ministry of Foreign Affairs, International Trade and Worship, the Ministry of the Economy and Public Works and Services, through the Office of the Deputy Minister of Civil Aviation, River and Maritime Transport, and the Argentine Coast Guard, within the scope of their respective mandates under domestic law.

Article XX

This Agreement may be amended by an exchange of diplomatic notes based upon an understanding between the Parties. The amendment shall enter into force on the date of receipt of the note of reply.

Article XXI

Each Party shall notify the other Party when the legal procedures for approval of this Agreement have been completed.

This Agreement is subject to ratification and shall enter into force 30 days after the exchange of the instruments of ratification. It shall remain in force indefinitely and may be terminated by either Party by notification through the diplomatic channel. Such termination shall take effect six months after the date of notification.

DONE at Rio de Janeiro on 27 April 1997 in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

For the Argentine Republic:

GUIDO DI TELLA
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD RELATIF AU TRANSPORT FLUVIAL TRANSFRONTIÈRE DE
PASSAGERS, DE VÉHICULES ET DE MARCHANDISES ENTRE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE
ARGENTINE

La République fédérative du Brésil et la République argentine (ci après dénommées " les Parties "),

Conscientes des avantages réciproques que leur procure l'intensification des échanges entre leurs régions frontalières;

Considérant la nécessité de développer les moyens de transport entre les deux pays afin de permettre l'expansion des échanges économiques et touristiques;

Convaincues que la mise en place d'une réglementation commune du transport fluvial transfrontières de passagers, de véhicules et de marchandises entre les deux pays contribuera à l'intensification de ces échanges;

Reconnaissant que la conclusion d'un accord bilatéral permettra de réglementer lesdits services;

Conviennent comme suit :

Article premier

Le transport fluvial transfrontière de passagers, de véhicules et de marchandises entre les ports et les postes frontière des deux pays s'effectue à bord d'embarcations battant pavillon brésilien et d'embarcations battant pavillon argentin et est assuré en service régulier.

L'expression " service régulier " s'entend d'une prestation fournie en permanence pendant au moins un an sur un trajet déterminé avec une fréquence et selon un horaire établis à l'avance.

Article II

Le service de transport public dont traite le présent Accord est fourni exclusivement par des personnes physiques ayant la nationalité de l'un ou l'autre des Parties ou par des personnes morales légalement autorisées par l'une ou l'autre des Parties.

L'autorité compétente qui accorde ou annule une concession de service doit en informer l'autorité compétente de l'autre Partie dans un délai d'au plus 48 heures.

Article III

Le document dans lequel l'autorité compétente accorde la concession de service doit indiquer la fréquence et les horaires des traversées à réaliser, les conditions du transport, le nom des embarcations à employer et les tarifs du fret et des traversées, dont l'application

est obligatoire pour le concessionnaire et est assujettie au contrôle des autorités compétentes des Parties.

Article IV

Les transports de liaison entre deux ports ou deux escales frontières sont assurés par des unités battant pavillon de l'une ou l'autre des Parties, dans le respect des principes de réciprocité et d'égalité de chances quant à l'usage de ports et des moyens de transport.

Article V

Le nombre d'unités de transport destinées à chaque service est convenu par les Parties en fonction des besoins dudit service.

La fréquence des traversées, les horaires, les tarifs du fret et des passages, ainsi que les conditions du transport, sont librement fixés par les concessionnaires des deux Parties, lesquels doivent les communiquer aux autorités compétentes respectives.

Les communications doivent être remises aux autorités compétentes avant le début du service et avant toute modification de la fréquence des traversées, des horaires et des tarifs du fret et des passages.

L'autorité compétente qui est informée par un concessionnaire de la nécessité de modifier un service doit porter ce fait à la connaissance de l'autorité compétente de l'autre pays dans un délai de 48 heures au plus.

Article VI

Les montants à payer sont recouvrés dans la monnaie nationale de l'une ou l'autre des Parties sans aucune distinction.

Article VII

Aux fins du service de transport fluvial frontalier dont il est question à l'article premier, les Parties doivent doter les ports ou escales desservis des moyens nécessaires à la surveillance et au contrôle indispensables aux autorités compétentes respectives.

Article VIII

Pour l'établissement ou la suppression des services, les Parties fixent d'un commun accord la forme et la date de début ou de fin des services concernés.

Article IX

Aux fins des services prévus dans le présent Accord, le transport fluvial frontalier doit emprunter le trajet de liaison le plus direct entre les deux ports ou escales prédéterminés.

Sont interdites les escales en dehors de lieux prédéterminés, sauf autorisation préalable des autorités compétentes des deux Parties.

Toute escale exceptionnelle motivée par un événement fortuit ou un cas de force majeure doit être portée à la connaissance des autorités compétentes dans un délai de 48 heures au plus.

Article X

Les embarcations battant pavillon brésilien et les embarcations battant pavillon argentin qui transportent des passagers, des véhicules ou des marchandises aux termes du présent Accord jouissent de l'égalité de traitement dans le territoire de chacun des deux pays aux fins de toutes opérations et formalités en rapport avec le transport fluvial frontalier entre les deux pays.

Article XI

Les unités de transport fluvial dont il est question dans le présent Accord sont dotées d'équipages dont les membres doivent être autorisés par l'autorité compétente du pays auquel appartient l'embarcation.

Article XII

Les normes de sécurité des embarcations sont établies par chaque Partie, en conformité avec ses lois, pour les unités qui battent son pavillon.

Si les normes de sécurité respectives ne concordent pas, les autorités compétentes de chaque Partie établissent des normes de sécurité applicables au cas particulier de chaque service.

Compte tenu des normes en vigueur dans chaque pays en matière de sécurité de la navigation et de la nécessité d'une prompt assistance aux embarcations, aux passagers et aux marchandises, les autorités responsables des deux pays doivent, en cas de sinistre ou d'accident de navigation, coordonner rapidement leur intervention en faisant appel aux ressources humaines, techniques et matérielles disponibles.

Article XIII

Les concessionnaires qui fournissent les services de transport fluvial transfrontière prévus dans le présent Accord doivent obligatoirement souscrire des assurances contre les risques suivants : responsabilité civile aux tiers et responsabilité civile pour le transport des passagers et de leurs effets personnels, et pour les marchandises, les membres d'équipage et le personnel de terre des entreprises travaillant aux tâches ou sur les lieux d'embarquement et de débarquement, en conformité avec les dispositions légales et réglementaires de chaque pays.

Les autorités compétentes contrôlent la validité des polices d'assurance et l'étendue des couvertures obligatoires prescrites à l'alinéa précédent.

Article XIV

Aucune disposition du présent Accord ne peut être interprétée comme limitant le droit de chaque pays de réglementer son commerce de cabotage ainsi que le transport à destination ou en provenance de pays tiers.

Aux fins du présent Accord, les expressions " commerce de cabotage " et " voyages de cabotage " s'entendent de la navigation commerciale entre deux ports ou escales d'un même pays, en conformité avec les lois de celui ci.

Article XV

L'inobservation des dispositions et obligations prévues dans le présent Accord est sanctionnée par l'autorité compétente du pays de nationalité du concessionnaire autorisé conformément à l'article III, indépendamment du lieu où l'infraction est commise.

La sanction peut consister en :

- a) Un avertissement;
- b) Une amende d'une valeur équivalente au prix de 10 à 200 passages, dans le cas du transport de passagers;
- c) Une amende d'une valeur équivalente à 10 à 200 fois le tarif maximal du fret du service, dans le cas du transport de véhicule et de marchandises;
- d) La suspension du service pendant une période pouvant atteindre 90 jours;
- e) La révocation de la concession.

Article XVI

Les Parties organisent des réunions de concertation aux fins d'examiner l'évolution des conditions du transport faisant l'objet du présent Accord.

Chaque Partie peut demander la tenue d'une réunion de concertation et l'autre Partie dispose d'un délai de 30 jour au plus pour accepter, le lieu de la réunion étant déterminé d'un commun accord.

Article XVII

Les autorités compétentes des Parties réglementent la procédure à suivre en ce qui concerne l'approbation des services, des fréquences, des horaires, des types d'embarcation et de toutes autres questions relatives auxdits services.

Article XVIII

Les Parties conviennent que les facilités et les droits qu'elles s'accordent réciproquement dans le présent Accord sont exclus du champ d'application de la clause de la nation la plus favorisée.

Article XIX

Aux fins du présent Accord, l'expression " autorités compétentes " s'entend - s'agissant de la République fédérative du Brésil : du Ministère des relations extérieures et du Ministère des transports, par l'entremise du Cabinet du Ministre ou du Secrétariat au transport par eau; et du Ministère de la marine, par l'entremise de la Direction des ports et du littoral; et - s'agissant de la République argentine : du Ministère des relations extérieures, du commerce international et du culte, du Ministère de l'économie et des travaux et services publics, par l'entremise du Sous Secrétariat aux transports commerciaux aériens, fluviaux et maritimes et de la Préfecture navale argentine; dans le cadre de leurs compétences respectives et en conformité avec la législation interne.

Article XX

Le présent Accord peut être modifié par échange de notes diplomatiques du commun accord des Parties, la modification prenant effet à la date de réception de la réponse.

Article XXI

Chacune des Parties notifiera à l'autre l'accomplissement des formalités respectives nécessaires à l'approbation du présent Accord.

Le présent Accord, qui est sujet à ratification, entrera en vigueur 30 jours après l'échange des instruments de ratification. Il a une durée indéterminée et peut être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties au moyen d'une notification transmise par la voie diplomatique. La dénonciation prend alors effet deux mois après la date de la notification correspondante.

Fait à Rio de Janeiro le 27 avril 1997, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes étant également authentiques.

Pour la République fédérative du Brésil :

Le Ministre des relations extérieures,

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour la République argentine :

Le Ministre des relations extérieures,

GUIDO DI TELLA